



Novas súmulas sobre FGTS e execução fiscal são aprovadas pelo STJ

A 1  Se o do Superior Tribunal de Justiça aprovou duas novas súmulas com base na jurisprudência consolidada nas duas turmas especializadas no julgamento de casos envolvendo Direito Público.

A primeira obriga a Caixa Econ mica Federal a fornecer extratos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores. Em julgamento de recurso repetitivo (REsp 1.108.034), os ministros decidiram que a institui o tem essa responsabilidade como gestora do FGTS, devendo fornecer provas necessárias ao exame das contas.

A obriga o existe até mesmo quando   preciso requisitar os extratos a outros bancos que tinham depósitos de FGTS antes da migra o das contas. A Súmula 514 tem a seguinte reda o: “A CEF   responsável pelo fornecimento dos extratos das contas individualizadas vinculadas ao FGTS dos trabalhadores participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, inclusive para fins de exposi o em juízo, independentemente do período em discussão”.

Medida facultativa

Outra súmula d  carta branca para que juízes decidam se concentrarão ou não execu es fiscais contra um mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execu o. A 1  Se o concluiu em recurso repetitivo (REsp 1.158.766) que a reunião dos processos   uma faculdade do juiz, e não um dever.

Para o colegiado, o artigo 28 da Lei de Execu o Fiscal (Lei 6.830/80) não constitui regra impositiva. Cabe ao magistrado analisar cada caso. Segundo a Súmula 515, “a reunião de execu es fiscais contra o mesmo devedor constitui faculdade do juiz”. *Com informa es da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Autores: Redação ConJur